

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro

PORTARIA DETRO/PRES N.º 1752 DE 17 DE OUTUBRO DE 2023

DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO ARTIGO 1°, DA PORTARIA DETRO/PRES Nº 1.748, DE 02 DE OUTUBRO DE 2023, QUE VERSA INSTALAÇÃO **SOBRE** \mathbf{A} DE **EOUIPAMENTO** AR-DE **CONDICIONADO** ÔNIBUS NOS **UTILIZADOS TRANSPORTE** NO RODOVIÁRIO INTERMUNICIPAL **DE PASSAGEIROS.**

O Presidente do DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - DETRO/RJ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a existência de erro na redação do artigo 1º, da Portaria DETRO/PRES. nº 1.748, de 02 de outubro de 2023, que determinou a obrigação de instalação de equipamento de arcondicionado apenas aos ônibus da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - RMRJ, ao invés de abranger por todo o Estado do Rio de Janeiro,

RESOLVE:

Art. 1º - O artigo 1º, da Portaria DETRO/PRES. nº 1.748, de 02 de outubro de 2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º - Tornar obrigatória a instalação de equipamento de arcondicionado nos ônibus, micro-ônibus e micromaster do tipo urbano (tarifa "SA") utilizados na operação dos serviços de transporte coletivo rodoviário intermunicipal de passageiros em todo o Estado do Rio de Janeiro, devendo os permissionários e concessionários dos citados serviços cumprirem os prazos abaixo indicados:"

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2023.

LEONARDO DE LIMA MATIAS

Presidente

DETRO/RJ



Documento assinado eletronicamente por Leonardo de Lima Matias, Presidente, em 17/10/2023, às 12:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php? acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador 61597137 e o código CRC D27E391A.

Referência: Processo nº SEI-100005/010817/2023

SEI nº 61597137